

Solidariedade & Sustentabilidade

BRASIL, PAÍS DO FUTURO?

hora de nacionalizar a Amazônia e amazonizar o mundo

Caetano Scannavino¹

Observatório do Clima

Rede Folha de Empreendedores Socioambientais

pesquisador.davisilva@gmail.com

Resumo

Em contexto de crise climática, o texto sustenta que o Brasil reúne ativos naturais capazes de reposicionar o país no cenário global, tendo a Amazônia como principal eixo de protagonismo ambiental, hidrológico, climático e sociocultural. Embora o bioma concentre biodiversidade, água doce e conhecimentos tradicionais de centenas de povos indígenas, tais riquezas não se converteram em bem-estar para a população amazônica. O diagnóstico aponta a persistência de um modelo desenvolvimentista centrado em grandes obras e na expansão agropecuária extensiva, associado à baixa produtividade, degradação de terras, ilegalidades (grilagem, garimpo, madeira), violência e altas emissões derivadas do desmatamento. Alertas científicos indicam risco de ponto de ruptura, com áreas já atuando como fonte líquida de carbono. A argumentação enfatiza que a agenda ambiental é indissociável de respostas sociais: déficits de saneamento, saúde, energia e conectividade exigem políticas adaptadas aos desafios logísticos regionais e soluções cocriadas com comunidades. Como caminhos, propõe intensificação produtiva em áreas já abertas, recuperação de pastagens e uma bioeconomia baseada na floresta em pé, com agregação de valor, inovação e governança pactuada.

Palavras-chave: Amazônia; bioeconomia; desenvolvimento sustentável; conservação ambiental; inclusão social.

BRAZIL, COUNTRY OF THE FUTURE?

time to nationalize the Amazon and Amazonize the world

Abstract

In the context of the climate crisis, the text argues that Brazil possesses natural assets capable of repositioning the country on the global stage, with the Amazon as the main axis of environmental, hydrological, climatic, and sociocultural protagonism. Although the biome concentrates biodiversity, fresh water, and traditional knowledge of hundreds of indigenous peoples, such riches have not translated into well-being for the Amazonian population. The diagnosis points to the persistence of a developmental model centered on large-scale projects and the expansion of extensive agriculture, associated with low productivity, land degradation, illegal activities (land grabbing, illegal mining, illegal logging), violence, and high emissions derived from deforestation. Scientific warnings indicate a risk of a tipping point, with areas already acting as a net source of carbon. The argument emphasizes that the environmental agenda is inseparable from social responses: deficits in sanitation, health, energy, and connectivity require policies adapted to regional logistical challenges and solutions co-created with communities. As possible solutions, it proposes productive intensification in already cleared areas, pasture recovery, and a bioeconomy based on the standing forest, with added value, innovation, and agreed-upon governance.

Keywords: Amazon; bioeconomy; sustainable development; environmental conservation; social inclusion.

¹ Empreendedor Social, coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria (www.saudeealegria.org.br) com atuação há mais de 30 anos na Amazônia.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

Revista Solidariedade & Sustentabilidade, Belém, v. 2, n. 1, p. 1-21, jan. 2026.

1 INTRODUÇÃO

Muitos cresceram ouvindo o Brasil como “*país do futuro*”. Em tempos de crise climática, quando as riquezas começam a mudar de cor, do preto do petróleo para o verde da floresta em pé, faz todo sentido quando esta é a nação da Amazônia, dos maiores aquíferos, bacias hidrográficas, da luz do Sol, ventos, costas, zonas pesqueiras e áreas agricultáveis como poucos.

Resta saber aproveitá-las para fazer a hora sem esperar acontecer. São ativos naturais determinantes para o equilíbrio do Planeta que, por um lado aumenta nossa responsabilidade perante o mundo, por outro nos cacifa para assumir o protagonismo rumo ao futuro pautando ao invés de seguirmos sendo pautados.

Da maneira que o mundo nos vê, não dá para negar que a estrela principal desse cacife “*made in Brazil*” para mexer no tabuleiro global está simbolizada sobretudo pela Amazonia (e a partir dos holofotes sobre ela, pode-se aproveitar o embalo para chamar atenção também para os demais biomas). Como bem lembra a jornalista Eliane Brum em suas entrevistas, “*o Brasil hoje é a periferia da Amazônia. Só tem relevância externa, não pelo agronegócio, mas pela Amazônia. A vida depende da vida da Amazônia.*”

É um privilégio único determos a maior parcela deste bioma de quase 7 milhões km², que ocupa cerca de 40% da América do Sul, envolve nove países, e abriga um quinto de toda disponibilidade de água doce. Suas extensões florestais representam mais da metade das florestas tropicais úmidas existentes, concentrando grande parte da biodiversidade mundial (Pnuma).

É também uma região de imensa diversidade sociocultural, com mais de 400 povos indígenas, que falam mais de 300 idiomas, e aproximadamente 60 etnias vivendo em situação de isolamento (Otca). A heterogeneidade da natureza amazônica suscitou diversos modos de vida, estratégias de subsistência e tecnologias de manejo dos recursos naturais para cada uma das formações ambientais da região - fruto das interações humanas milenares - constituindo uma enciclopédia de conhecimentos tradicionais.

A Amazônia supre o Planeta com produtos florestais, agropecuária, minérios, hidrocarbonetos, energia, além de serviços ecossistêmicos fundamentais para conservação da biodiversidade, ciclos hidrológicos e regulação climática – estima-se que ela contribui com aproximadamente 20% de toda água que flui dos continentes para os oceanos e que suas árvores evaporam diariamente 20 bilhões de toneladas de água doce

que seguem regiões afora nas forma de *rios voadores*, evitando a aridez e garantindo terras férteis (Pnuma e Otca). No entanto, tais riquezas não se converteram em benefícios concretos para os quase 50 milhões de habitantes da panamazonia. Mesmo com avanços nas últimas duas décadas, grande parte dos seus habitantes continua vivendo em condições de pobreza (Ara).

O Brasil foi agraciado com 68% deste território, premiando a nação com o maior patrimônio genético, a maior bacia hidrográfica e a maior floresta tropical do mundo.

Serão as escolhas do país verde-amarelo no trato principalmente da nossa Amazonia que definirão se de fato vamos esverdear liderando o Planeta como país do futuro, ou se seguiremos amarelando como vanguarda do atraso, a continuar entre as nações mais desiguais, que mais desmatam, contaminam rios, grilam terras, recordistas em matança de indígenas e de ativistas socioambientais.

Mais do que pressão internacional, é preciso que a cobrança venha de dentro. *Esverdear* ou *amarelar* é uma decisão que cabe, antes de tudo, à sociedade brasileira.

2 AMAZÔNIA E AS VISÕES NACIONAIS

3

A usina de Tucuruí, no Pará, foi inaugurada nos anos 80 para gerar energia ao país e à indústria do alumínio. As comunidades do entorno, além de sofrerem com os impactos do empreendimento, só tiveram acesso à luz elétrica vinte e poucos anos depois. Os paraenses seguem pagando a maior tarifa de toda a federação, apesar de o estado ser o 2º maior produtor de energia do Brasil. E seguimos exportando alumínio para importar bicicletas de alumínio.

A visão nacional de desenvolvimento de meio século atrás insiste em ganhar sobrevida nos tempos atuais. A foto do *progresso* permanece sendo a imagem dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, sejam minerários, hidrelétricos ou viários. Ou daqueles tratores alinhados nos campos agrícolas, trazendo a soja e o boi para ocupar esse grande vazio, onde não teria *nada* e *ninguém* que não fosse a selva e os selvagens – na imagem dos olhares míopes que pararam no tempo.

São os que se dizem *civilizados* chegando. Em nome da tal civilização, só no Brasil já foi devastada uma área superior a duas Alemanhas de floresta amazônica. A maior parcela dela, mais de 70%, foi convertida em pastagens, em sua maioria de baixíssima produtividade. Como agravante, cerca de 54% das áreas destinadas à

agropecuária se encontram degradadas, o equivalente a duas vezes o território do Paraná, com altos índices de desperdícios e abandono de terras. Essa ineficiência do uso da terra resulta em baixos indicadores socioeconômicos – o rendimento médio dos trabalhadores do setor é de R\$1.118/mês, 34% menor do que a média da região (Amazônia 2030/Imazon, 2024).

Continuamos contaminando rios com mercúrio sem que os municípios áureos vejam o brilho do ouro, permanecendo entre os mais pobres do país mesmo depois de décadas de garimpagem – dos nossos 5,5 mil municípios, por exemplo, a *cidade-pepita* Itaituba é 4377º colocada, enquanto sua vizinha Jacareacanga ocupa o 5418º posto no ranking, entre os 100 piores pelo IFDM — *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*.

Segundo o IPS Amazônia, os *Índices de Progresso Social* mais críticos estão justamente nas regiões que mais devastaram. Desmata-se para ficar ainda mais pobre, monetária e não-monetariamente. Difícil chamar de *progresso* um modelo de ocupação em uma região que há 50 anos não descola dos pífios 7% a 8% de participação no PIB nacional.

Um modelo que, se faz algum sentido, só se for para os que vivem de ilícitos, em uma região onde o *legal é o ilegal*. A sociedade brasileira tem permitido que poucos se apropriem de riquezas que são de todos - o ouro, a madeira, as terras públicas. Não pagam impostos e ainda deixam a conta do estrago. Enquanto criminosos são premiados com seguidas anistias, os que querem fazer a coisa certa acabam punidos. Não conseguem concorrer com o preço baixo da extração ilegal, então quebram ou mudam de lado, desestimulando investimentos responsáveis e a própria existência de um mercado como deveria ser.

No país entre os mais perigosos do mundo para indígenas e defensores ambientais, não se pode normalizar o fato de que, dos 300 assassinatos de ativistas na Amazônia brasileira, apenas 14 foram a julgamento na última década (Human Rights Watch). Mata-se e desmata-se, num conluio entre atores privados e públicos. Uma minoria, porém, empoderada e dominante, detém um quinhão do maior patrimônio dos brasileiros a serviço da humanidade.

Deveria ser motivo de vergonha de todo cidadão brasileiro o fato de que nossa maior contribuição para as mudanças climáticas venha do crime. Metade das emissões nacionais decorrem do desmatamento, onde mais de 90% têm origem ilegal

(Icv/Imaflora/Ufmg/Wwf). Se a Amazônia *fora-da-lei* fosse um país, estaria entre os 20 maiores emissores de gases que contribuem para o aquecimento global.

Não são de agora os alertas da ciência sobre estarmos muito próximos do *ponto de ruptura* da Amazonia, em que a vegetação entra num processo sem volta de savanização para se adequar às novas condições climáticas. Há pesquisas que apontam inclusive que algumas regiões do bioma já começam a sucumbir, emitindo mais gás carbônico do que absorvendo, como constata o estudo que chamou a atenção do mundo, publicado na Nature em meados de 2021, “*Amazonia as a Carbon Source Linked to Deforestation and Climate Change*”.

Antes de ser coisa de *gringo*, proteger a Amazônia é interesse nacional. Simulações da Universidade de Stanford, nos EUA, indicam que sem o bioma, a temperatura média subiria 0,25 °C no planeta, mas saltaria 2 °C no Brasil, onde também se perderia 25% das chuvas, inviabilizando o agronegócio e a produção de energia. Afinal, sem floresta, não tem água. Sem água, não tem agricultura nem geração hidrelétrica.

Ao invés de se buscar apoio por soluções, o que se vê são algumas das nossas autoridades insistindo no erro, sendo comum a justificativa rasa de que *os países ricos devastaram e agora não querem que a gente se desenvolva*.

Cobrar apoio dos países ricos está correto, é mais do que justo, afinal, os benefícios ecossistêmicos gerados pela Amazônia são globais, porém os custos de conservação permanecem locais. Só que para isso é preciso propor caminhos, e com a floresta em pé.

Se é para falar sério de soberania, a melhor forma de garanti-la é liderando a construção de um projeto para região que seja pactuado entre os diversos setores, em parceria com nossos vizinhos pan-amazônicos, e com a cooperação do restante do mundo.

Soluções existem, muitas delas construídas a partir da academia, dos povos indígenas, agroextrativistas, empreendedores responsáveis e projetos demonstrativos do 3º Setor.

Ninguém é contra as facilidades do acesso às energias, transportes e telecomunicações. A questão não é ser contra ou a favor do desenvolvimento. O que está em jogo é qual o modelo que queremos, se para muitos ou para poucos, se só para

as atuais gerações ou as futuras, se para a frente ou para atrás, se para ter ou não ter futuro.

3 JAMAIS SE RESOLVERÁ O AMBIENTAL SEM RESPOSTAS AO SOCIAL

Como já dito, os grandes empreendimentos na Amazonia, em geral planejados para atender o resto do país, estão longe de se reverterem em benefícios para os seus 28 milhões de habitantes.

Se comparada com outras regiões do país, há um abismo de infraestrutura gigantesco no acesso dos nortistas às políticas sociais e aos serviços básicos de saúde, educação, energia, transportes, comunicações e saneamento.

A luz elétrica já alcançou 99% dos lares brasileiros, mas é na Amazônia onde se encontra grande parte dos excluídos (Iema). Isso traz um limitante para qualidade de vida não apenas pela iluminação, como também para as telecomunicações, agregação de valor às cadeias produtivas, conservação de alimentos e medicamentos.

Com a Covid-19, as mazelas sociais da Amazônia ficaram ainda mais escancaradas quando vimos que São Paulo entrou na pandemia com um respirador para cada 2,4 mil habitantes, enquanto em Macapá/AP havia um aparelho para cada 9 mil. Ou em Santarém/PA, um para cada 20 mil. Como agravante, além da insuficiência de respiradores, vimos locais colapsados também pela falta de oxigênio para abastecê-los.

Enquanto mais de 80% da população do Sudeste tem acesso a coleta de esgoto, esse número não chega a 15% na região Norte. Dos 20 piores municípios listados no ranking nacional de saneamento, 8 estão na Amazonia (Ranking do Saneamento/Trata Brasil 2024). É um paradoxo que na maior bacia de água doce do mundo, em cima do maior aquífero do Planeta, com reservas que poderiam abastecer a humanidade por 250 anos, os ribeirinhos sofram estresse hídrico, dependentes das águas contaminadas dos rios. É a origem de boa parte das doenças e maior causa da mortalidade infantil, decorrente das diarreias e da desidratação.

Não querendo desmerecer as devidas preocupações com as florestas e com o desmatamento, o fato é que não basta só o ambiental sem respostas ao social. Segundo a pesquisa Decisores da Amazônia (*Institutos Mundo Que Queremos / Clima e Sociedade*), a saúde é vista como o principal problema para três em cada quatro

moradores da Amazônia Legal, entendida como a área mais carente em infraestrutura nos municípios da região.

Como as políticas básicas são de competência dos governos locais, a exclusão se torna ainda mais aguda nas zonas rurais, em uma Amazonia onde municípios têm tamanho de nações, populações dispersas, de difícil acesso, e altos custos logísticos. Os mecanismos de compensação são insuficientes frente a um sistema de arrecadação desenhado para realidade ao sul do país. Não são fáceis os desafios de uma Prefeitura como a de Altamira/PA para distribuir merenda escolar seguindo o padrão custo-aluno ou implementar a atenção básica via tabela SUS junto aos seus cidadãos espalhados em uma área maior que a Grécia, Portugal ou Ceará. A conta jamais fechará sem alianças e estratégias diferenciadas que compensem devidamente a logística onerosa e atendam aos contextos amazônicos.

Empreender em polos isolados e longínquos demanda soluções que tenham resolutividade local, garantias de manutenção e autonomia comunitária. Se as coisas demoram mais para chegar na Amazônia, que quando cheguem, sejam o que há de mais avançado. Porém, para que se constituam em tecnologias de ponta, na ponta, é preciso cocriá-las a partir das comunidades e suas culturas de governança para boa gestão. Caso contrário, corre-se o risco de aumentar o ferro-velho de empreendimentos abandonados no meio do mato.

Daí a importância dos movimentos de base (indígenas, quilombolas, agroextrativistas), das organizações não-governamentais, dos projetos de extensão e das parcerias público-privadas, ao viabilizarem a atuação na ponta através de metodologias participativas de cocriação, empoderamento e emancipação comunitária.

Temos visto melhores resultados quando tomadores de decisão adotam uma postura mais proativa de cooperação e soma de esforços. Um bom exemplo vem do Tapajós, com o modelo de saúde básica através do barco-hospital Abaré tendo virado política pública nacional. A experiência implementada pela ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA), junto com as Prefeituras locais e representações comunitárias, inspirou a Estratégia de Saúde da Família Fluvial. Lançada há pouco mais de dez anos pelo Ministério da Saúde, tem apoiado os municípios da Amazônia e do Pantanal, contando hoje com mais de 100 embarcações de atendimento a ribeirinhos de zonas remotas.

No campo do saneamento, seja através também do PSA, no Pará, ou de outras organizações afins, como a Fundação Amazonas Sustentável e o Instituto Mamirauá, no

Amazonas, tem-se inovado em tecnologias de captação de chuvas, sistemas de abastecimento e tratamento da água, movidos a energia fotovoltaica, sem necessidade de óleo diesel ou baterias, o que facilita a sustentação pelos próprios moradores.

Outro modelo que merece ser seguido é o *Xingu Solar*, iniciativa do Instituto Socioambiental com as associações indígenas e parceria do Instituto de Energia e Meio Ambiente / IEE da USP, com mais de 60 aldeias beneficiadas com energia limpa para as escolas, postos de saúde e outras benfeitorias de uso coletivo, incluindo também a formação de uma rede de eletricitas indígenas capacitados para manutenção e reparos dos sistemas. São investimentos que reduziram de forma significativa a dependência do diesel, diminuindo os gastos públicos para aquisição do combustível, tanto para mover os geradores como para o seu deslocamento até essas áreas remotas.

Aproveitando a retomada do dialogo com o inicio de um governo mais participativo em 2023, movimentos indígenas, quilombolas, extrativistas e organizações parceiras se mobilizaram para apresentar um mapa do caminho a partir de um conjunto de políticas e tecnologias sociais integradas, de baixo custo e alto impacto, para fazer chegar ao longo do mandato água potável, energia e internet para os quase um milhão de amazônidas excluídos, povos da floresta de aldeias e comunidades remotas.

São investimentos que salvam vidas e se pagam ao reduzir o custeio dos serviços assistenciais por meio de sistemas de telemedicina, conservação local de vacinas, educação a distância, processamento de alimentos, agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade, entre outras tecnologias sociais apropriadas, demonstrativas e escaláveis para o bem-viver.

Caso contrário, sem um Estado suficiente seguiremos vendo situações, por exemplo, em que uma liderança indígena tem que recorrer ao garimpeiro ilegal das proximidades para salvar o filho doente com algum remédio ou combustível para remoção. Aí os favores normalizam as relações e sua presença no território, o movimento pela desintrusão se divide, enfraquece, e abre-se a porteira para entrada de novas levas de garimpeiros, os do chão, que também não são os que ficam ricos. Um ciclo perverso de pobreza...

O desafio de conciliar conservação, inclusão social, crescimento econômico e o desenvolvimento da Amazônia permanece. Só não pode mais ser visto apenas de forma unidirecional, para o outro lado da nação, insistindo num modelo que deu errado, justamente nestes tempos em que não há mais tempo para errar.

4 A EFICIÊNCIA AGRÍCOLA PARA CRESCER PARA CIMA, NÃO PARA O LADO, DESMATANDO

Caso nossos tomadores de decisão quisessem de fato fazer a diferença, estariam blindando as florestas e focando no aumento da eficiência nas zonas agrícolas já consolidadas do bioma, incentivando técnicas modernas para se fazer mais com menos terra, menos impacto, menos desmatamento, menor pressão sobre as Unidades de Conservação e Territórios Indígenas. Assim, cresce-se para cima, até porque crescer para os lados é caso de polícia, diante do lucro fácil de especuladores e grileiros de terras.

Cabe atenção à experiência de um grupo de pecuaristas da região paraense de Paragominas no sentido de conciliar a conservação e a produção, em uma região até pouco tempo entre as vilãs do desmatamento na Amazônia. Após uma forte ação dos órgãos fiscalizadores, estabeleceu-se um pacto intersetorial com os produtores para a redução das derrubadas, cadastramento ambiental das propriedades e uso de práticas mais amigáveis ao meio ambiente.

Com apoio de pesquisadores e organizações não-governamentais, iniciou-se um trabalho piloto junto às fazendas, com a recuperação das áreas degradadas, revitalização dos cursos d'água, intensificação da bovinocultura, adoção do pastejo rotacionado e outras novas técnicas que transformaram aquele cenário desolador. Em pouco tempo, a produtividade de carne em arrobas por hectare mais do que triplicou, associada ao aumento da rentabilidade e redução das emissões de CO₂ (Silva, D., & Barreto, P. 2014).

Experiências como a de Paragominas deveriam ser regra, não exceção. No entanto, embora existam tecnologias e crédito rural para uma pecuária mais produtiva, a cultura do desmatamento persiste na região, aliada à impunidade e medidas frequentes de regularização de áreas ocupadas ilegalmente. Isso acaba incentivando o uso do boi para fins de especulação de terras, em detrimento à melhoria dos pastos (*Amazônia 2030/Imazon, 2024*).

Portanto, além de ações robustas de *Comando e Controle*, as políticas de estado deveriam focar em qualificação dos trabalhadores do setor, assistência técnica, e priorizar o crédito para o aumento da produtividade – o que se vê hoje é o seu uso quase na totalidade para aquisição de animais (*Amazônia 2030/Imazon, 2024*).

Este ganho permitiria atender o aumento de demanda projetada para os próximos anos, com menos necessidade de áreas para pastagens, com parte delas podendo gerar receitas adicionais a partir da restauração, produção agroflorestal, serviços ambientais e captura de carbono, um atrativo para os proprietários rurais comprometidos com a sustentabilidade (*Amazônia 2030/Imazon, 2024*).

Nivelar por cima, evidenciando como exemplares os empreendimentos com responsabilidade socioambiental é uma das estratégias que precisa ser reforçada para torná-los hegemônicos, para enquadrar os que ainda praticam ilegalidades, e até para sensibilizar quadros acionistas que pressionam pela redução de investimentos sociais na busca por maiores ganhos, como acontece em alguns casos empresariais.

Rumar nesse sentido já seria um passo para ordenar a agricultura de grande escala na região, como estratégia de redução de danos, pois já se sabe que boi e soja não são vocações amazônicas, nem deveriam ser referências como vetor de desenvolvimento no bioma.

Até porque, em um contexto de governança séria, a partir de US\$ 20 a tonelada de carbono fica mais rentável restaurar a floresta do que criar gado (*“O Carbono e o Destino da Amazônia”*).

10

5 A ECONOMIA COMPATÍVEL COM A FLORESTA E COM AS VOCAÇÕES REGIONAIS

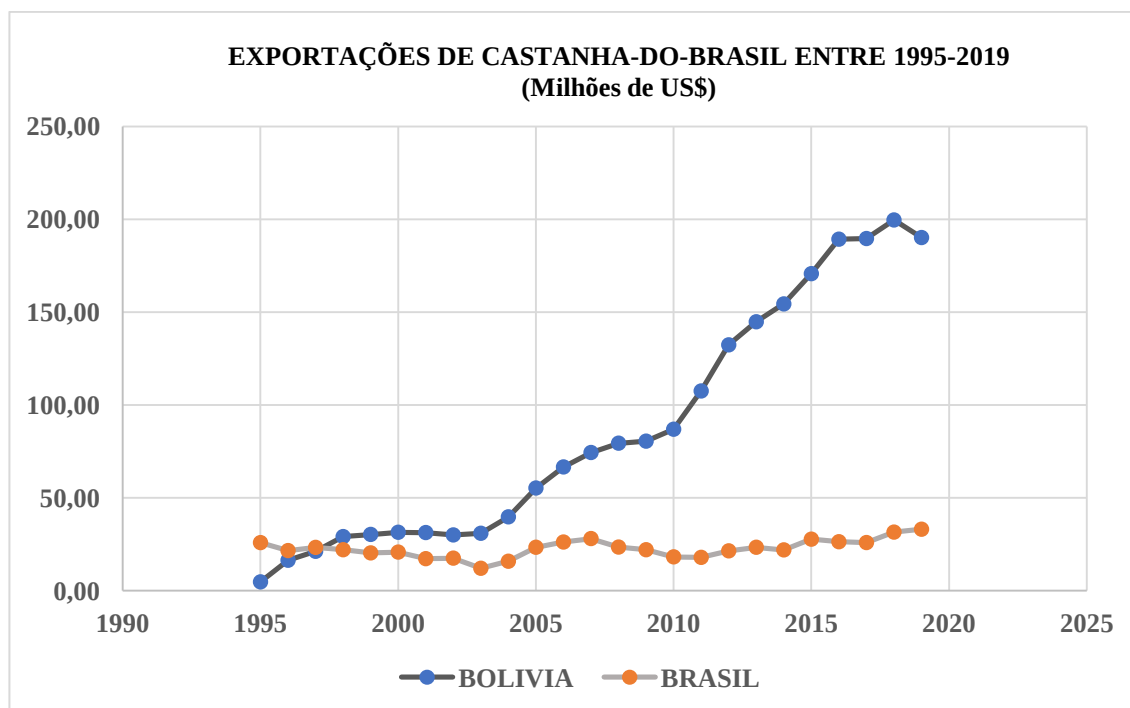
Em tempos de emergência climática, ao invés de projetos de lei para mais boi e garimpo, seria mais inteligente formular estratégias para alavancar atividades econômicas a partir da floresta em pé, associadas às culturas, vocações e potencialidades locais.

Ao contrário do que se imagina, é ínfima a participação da Amazônia brasileira no mercado global de produtos compatíveis com a floresta, oriundos da extração florestal não-madeireira, de sistemas agroflorestais, da hortifruticultura e da pesca/piscicultura.

Apesar de representar 30% das florestas tropicais do mundo, ela ocupa apenas 0,17% (ou US\$ 300 milhões ao ano) de um mercado de quase US\$ 200 bilhões.

PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS DA AMAZÔNIA E SEUS RESPECTIVOS MERCADOS (Média do período 2017-2019)			
Produtos Compatíveis com a Floresta	Exportações da Amazônia (US\$)	Mercado Global (US\$)	Amazônia (%)
Pimenta, seca, não triturada nem em pó	\$108 milhões	\$1.489 milhões	7,25%
Outros peixes, exceto fígados, ovas e sêmen	\$33 milhões	\$4.053 milhões	0,82%
Óleos de dendê, em bruto	\$27 milhões	\$8.699 milhões	0,32%
Suco (sumo) de qualquer outra fruta ou produto hortícola	\$24 milhões	\$2.552 milhões	0,96%
Cabeças, caudas e bexigas natatórias, de peixes (“grude”)	\$19 milhões	\$427 milhões	4,60%
Outras frutas e partes de plantas, preparadas ou conservadas	\$19 milhões	\$3.729 milhões	0,50%
Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	\$16 milhões	\$364 milhões	4,44%
Castanha-do-pará, fresca ou seca, com casca	\$12 milhões	\$24 milhões	47,28%
Peixes ornamentais de água doce	\$5 milhões	\$260 milhões	2,02%
Outras frutas congeladas, não cozidas ou cozidas em água	\$4 milhões	\$2.846 milhões	0,13%
Valor total dos produtos compatíveis com a floresta	\$298 milhões	\$176.613 milhões	0,17%
Fonte: Coslovsky, Salo. Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira (p. 12). Amazônia 2030. 2021.			

Os líderes em exportação são países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos das áreas tropicais úmidas. “*Quem manda na castanha do Brasil é a Bolívia*”, diz Salo Coslovsky, da iniciativa Amazônia 2030, coordenador do estudo *Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira*.



Fonte: Coslovsky, Salo. Como a Bolívia Dominou o Mercado Global de Castanha-do-Brasil. Amazônia 2030. 2021.

“No triênio 2017-2019, os maiores exportadores de castanha sem casca foram a Bolívia (52%) e o Peru (13%), enquanto o maior exportador de “grude” foi Uganda (14%). O maior exportador de pimenta seca em grãos e de bagres foi o Vietnã, que respondeu por 42% e 73% desses mercados, respectivamente. No caso dos palmitos, o país campeão de exportações foi o Equador (56%), enquanto para abacaxis frescos, a Costa Rica (50%). Por fim, os líderes do mercado multibilionário do cacau são a Costa do Marfim (40%) e Gana (18%).” – complementa Coslovsky.

Ainda que sejam produtos *in natura* ou levemente processados (castanha sem casca, polpa de frutas), a pesquisa demonstra que a Amazônia brasileira tem um espaço enorme para ampliar sua participação em mercados multibilionários que seus entes produtivos já exportam, mesmo que pouco, inclusive com o envolvimento de pequenos, de cooperativas comunitárias e colônias de pescadores.

É um caminho mais pragmático, que deveria vir antes de proposições legislativas para liberar o agronegócio ou garimpos em Terras Indígenas. Nossos tomadores de decisão deveriam se esforçar em escutar e aprender mais com as experiências já existentes dos povos tradicionais, que conciliam segurança alimentar, renda, cultura e floresta.

Dos Suruí aos Ashaninka, do Xingu ao Negro, são iniciativas premiadas, passíveis de replicação, que estão hoje abastecendo tanto os mercados locais como os de fora, a partir da produção de orgânicos, beneficiamento de frutas, casas de mel e miniusinas extratoras de óleos. São contribuições concretas para inspirar corações e mentes em torno de estratégias econômicas baseadas nos conhecimentos da natureza.

Por exemplo, agroextrativistas da região de Abaetetuba (PA) ganham muito mais dinheiro beneficiando o fruto da Ucuuba – espécie sob risco de extinção – do que os que derrubam a árvore para transformá-la em cabo de vassoura, batente de porta, viga de telhado ou carvão vegetal. A partir de sua semente, se produz uma manteiga leve que serve como matéria-prima para hidratantes mais eficientes, levando vantagem em relação aos demais por não deixar a pele engordurada.

O Murumuru é outra espécie que descobriu-se valer muito mais em pé do que caída. Pesquisas confirmaram que a manteiga extraída dos seus frutos é benéfica para o tratamento da fibra capilar, se constituindo em um produto com alta demanda de mercado para fabricação de xampus, sérums e cremes.

Sistemas agroflorestais com ucuuba, murumuru, açaí, cacau, andiroba, patauí, tucumã, buriti, cumaru são alguns dos tantos arranjos socioprodutivos potenciais, muitos deles empreendidos por coletivos comunitários. Processados na forma de manteigas, polpas, óleos, essências e extratos, trazem muito mais receitas do que se comercializados *in natura*, podendo se desdobrar tanto em produtos finais (ex: óleos gourmet, chocolates), como em insumos pré-beneficiados para as indústrias de fármacos, alimentos e cosméticos.

“O rendimento com a industrialização pode aumentar em até sete vezes. Os valores flutuam conforme a colheita, mas o quilo da semente do murumuru estava em torno de R\$ 3,80, enquanto o quilo da manteiga de murumuru era vendido por R\$ 27,50” – disse Cláudio Brito, diretor da Coofruta (Cooperativa Agroextrativista dos Fruticultores de Abaetetuba), ao Portal do UOL.

A *Natura*, gigante do ramo de cosméticos, é uma das empresas que vem aumentando as compras diretas das cooperativas comunitárias, sem intermediários ou atravessadores. Certificada pelo Sistema B (de Benefícios sociais e ambientais), está investindo em polos tecnológicos na própria Amazônia, como o *Ecoparque* em Benevides (PA), transferindo para lá parte da fabricação nacional de seus produtos, até então centrados no Cajamar, em São Paulo.

São iniciativas promissoras que deveriam orientar novos rumos de desenvolvimento para a Amazônia. O fato é que, tanto para as associações e cooperativas locais, como para os grandes empreendimentos, o país com a maior biodiversidade do planeta não tem até agora uma política robusta de bioeconomia, voltada para o processamento de produtos da floresta.

“Os sistemas agroflorestais com açaí podem render anualmente 200, até 1500 dólares por hectare, enquanto o gado fica em torno de 100 dólares por hectare. O grande potencial do Brasil é o potencial da biodiversidade, aí nós precisamos de uma indústria da biodiversidade, e de uma ciência e tecnologia que desenvolva esse potencial” – reforça o cientista Carlos Nobre.

Só na Amazônia, a ciência vem descobrindo nos últimos anos uma nova espécie a cada dois dias (*Relatório Novas Espécies - WWF/Mamirauá*). Faz todo sentido quando dizem que desmatar uma floresta primária é como deletar um HD sem saber o que tem dentro, inclusive eventuais descobertas de tratamentos para doenças até então sem cura.

Se nos faltam recursos para investir, para desenvolver produtos a partir do conhecimento produzido pelos próprios brasileiros, parcerias são bem-vindas. Nem é o caso de barrar o acesso dos laboratórios internacionais às nossas riquezas, o que precisa são regras claras de cooperação, que compensem adequadamente o país (e quando for o caso, os povos indígenas, respeitando direitos e protocolos), que transfiram tecnologia aos nossos pesquisadores, que estabeleçam mecanismos justos e rentáveis de modo a proteger e manejar adequadamente todos esses ativos e saberes a serviço da humanidade.

No entanto, o que temos visto é um aumento do número de patentes de produtos com ingredientes amazônicos depositadas por empresas, principalmente no exterior. Segundo dados do INPI, até 2022 são cerca de 19.000 da China, 4.500 dos EUA, e apenas 1.700 do Brasil.

As universidades da região têm formado gente para ir embora. Em uma Amazônia mais de 70% urbana, não seria proibitivo vislumbrar polos estratégicos com plantas industriais de baixo carbono, que gerem empregos e qualifiquem a mão-de-obra local, com foco em inovação, pesquisa, tecnologia, biotecnologia, e processamento de insumos da sociobiodiversidade – produtos *Made in Brazil*, com alta agregação de valor. Se é para fazer valer as benesses fiscais da Zona Franca de Manaus, porque não

torná-la por exemplo um *Vale do Silício da Floresta em Pé*, um centro mundial da bioeconomia e da biodiversidade?

Só não podemos, em nome de um novo modelo, querer trocar boi por monoculturas de açaí ou cacau, tampouco replicar a lógica obsessiva por escala e toneladas, passando por cima do que o bom manejo pode comportar. Em se tratando de sociobiodiversidade amazônica, a ambição não deve ser movida meramente por quantidades, mas sim por qualidade e valor econômico dos produtos.

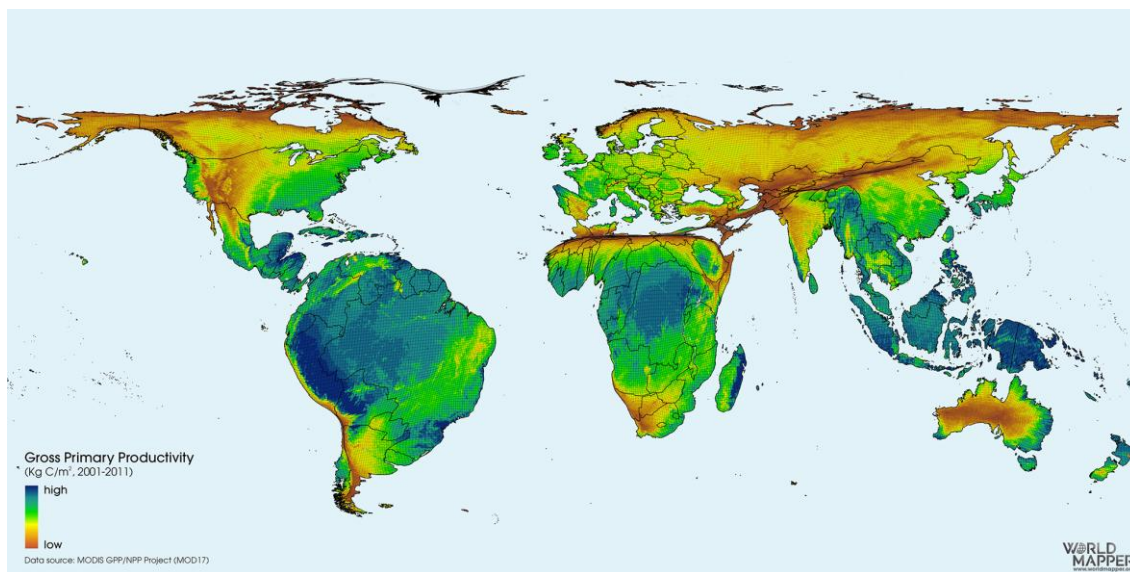
O futuro é ancestral

“Sou filho dos antigos Yanomâmis, habito a floresta onde vivia o meu povo desde que nasci e eu não digo a todos os brancos que a descobri! Ela sempre esteve ali, antes de mim. Eu não digo: ‘Eu descobri esta terra porque meus olhos caíram sobre ela, portanto eu a possuo!’. Ela existe desde sempre, antes de mim. Eu não digo: ‘Eu descobri o céu!’. Também não clamo: ‘Eu descobri os peixes, eu descobri a caça!’. Eles sempre estiveram lá, desde os primeiros tempos. Digo simplesmente que eles são parte da vida, assim como eu. Isso é tudo.” - **Davi Kopenawa Yanomami** (Psa, 2006: p.03)

Como ensina o mestre Davi Kopenawa, líder dos Yanomamis, etnia indígena da Amazônia, as florestas podem até existir sem a gente, mas nós não podemos existir sem elas. “*Não é a floresta que nos pertence, nós que pertencemos a ela*”.

A sociedade dita *civilizada* deveria ouvir e aprender mais com os povos da floresta, muitas vezes considerados os *primitivos*. Se as populações originárias entendem que a vida é nossa maior riqueza, menos mal que economistas de vanguarda começam finalmente a se unir a elas quando passaram a trabalhar modelagens a partir de métricas, por exemplo, como a Produtividade Primária Bruta (ou GPP - *Gross Primary Productivity*).

A GPP trata da qualidade de uma massa de terra do nosso Planeta. Ela mede a síntese de matéria orgânica gerada a partir de água, luz e ar, em outras palavras, a *capacidade de gerar vida*.



Mapa da vida (GPP: Gross Primary Productivity)

Com base no mapa de GPP, voltamos ao país do futuro com o Brasil entre os mais ricos do mundo - uma *fábrica de vida* - principalmente pela Amazonia, que segue em pé também pela resistência dos povos originários.

Se for pelo lado dos valores financeiros, só com a proteção das terras indígenas brasileiras como medida de combate às mudanças climáticas, pode render em 20 anos de US\$ 523 bilhões a US\$ 1,165 trilhão com os benefícios globais do carbono e a conservação do ecossistema, como água limpa, solo, polinização, biodiversidade e controle de inundações (estudo do WRI - “*Climate Benefits, Tenure Costs*”).

Cabe observar que, em meio aos tantos estudos calcados em finanças, a valoração da biodiversidade e de seus serviços pode apresentar parâmetros importantes para formuladores de política e tomadores de decisão, contribuindo com instrumentos mais adequados de mensuração do que precisa ser gerenciado, na aplicação de novos mecanismos de financiamento da conservação, além de ferramentas para melhor avaliar o custo-benefício de empreendimentos que possam vir a impactar o meio ambiente. No entanto, é preciso tomar cuidado, já que nem toda riqueza material pode compensar o comprometimento de um meio ambiente saudável.

Em termos éticos, a monetarização de ativos ligados diretamente à vida não pode ser justificada apenas pela consistência econômica. Se não houver uma mudança profunda nos paradigmas de desenvolvimento em todo o mundo, o desdobramento destes processos pode se reduzir, por exemplo, a mera mercantilização das florestas ou a cultura regulada do *pagar para poluir*.

Para as populações indígenas, a vida é imprecificável, o Sol, a sombra, o vento, as estrelas, os remédios da terra, as divindades dos oceanos, das florestas e dos céus. É triste deixarmos que nossos povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos, ao mesmo tempo que prestam um serviço voluntário como guardiões dos ativos naturais que nos mantêm vivos, recebam em troca bala, mercúrio e doenças vindas de fora, ao invés de políticas de bem-viver.

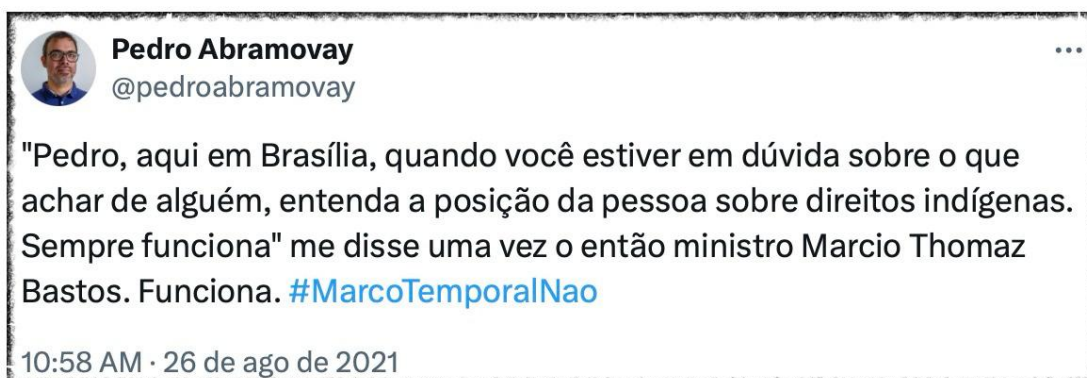
Corremos o risco de acabar justamente com quem pode nos apontar o caminho para não acabarmos. Uma liderança Yanomami, parente de Davi, certa vez relatou que quando os *indígenas* estão a caminho de um ponto de destino prospectando uma área desconhecida na floresta, eles o circundam seguindo uma rota na forma de espiral para que, quando alcançado, já tenham domínio de tudo que está em sua volta e, aí sim, interagir de forma mais harmônica com o entorno. Já os *brancos*, com todo aparato tecnológico, seguem em linha reta *direto ao ponto* e quando o alcançam, aí então vão ver o que destruíram no caminho.

Esta estratégia de ir direto ao ponto já consumiu boa parte das riquezas naturais da mãe Terra, nos levando a uma situação em que, *ou mudamos já o jeito de viver ou o jeito que vivemos vai mudar*. Para pior.

Em algum dia no passado todos eram povos das florestas ou de outros habitats naturais. Hoje, em um mundo com cerca de 8 bilhões de seres humanos – mais da metade vivendo em cidades – muitos esqueceram ou nunca tiveram contato com suas origens.

Não estamos aqui tratando de salvar o planeta, ele continua com ou sem a gente. Mas se quisermos rumar para um futuro com humanidade, cabe a tal sociedade *civilizada* dar um passo atrás para então poder dar dois para frente, em espiral, a começar por um exercício de ressignificação com os povos tradicionais e originários.

Vale abrir um parêntese para copiar um twitter do assessor Pedro Abramovay, sobre um conselho que ouviu do seu chefe na época, o então Ministro da Justiça Marcio Thomaz Bastos: "*Pedro, aqui em Brasília, quando você estiver em dúvida sobre o que achar de alguém, entenda a posição da pessoa sobre direitos indígenas. Sempre funciona*".



Funciona também para uma sociedade.

Como ente soberano, é hora da sociedade brasileira chamar a responsabilidade sobre a Amazônia para si. Para isso, é importante que o país se esforce para escutar mais a região, seus povos, compreender melhor suas realidades, culturas, potencialidades.

Só assim o Brasil deixará de enxergar a Amazônia como um ônus de conflitos e desmates e perceberá o bônus que tem nas mãos, uma floresta que guarda as sementes da regeneração, que pode nos levar a liderar novos paradigmas rumo a um futuro, como nos ensinam os povos originários, com o coletivo à frente do individual, com mais cooperação em detrimento da competição a qualquer custo, e felicidade pelo bem-estar, pelo bem-viver, ao invés do mero poder de compra e consumo.

Os pais de Davi Kopenawa Yanomami já sabiam disso tudo antes dele nascer.

Por uma nova governança global, como dizia o lema da rede de organizações GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), é hora de “*nacionalizar a Amazônia e amazonizar o mundo*”.

REFERÊNCIAS

PNUMA; OTCA. **GeoAmazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia**. Panamá: PNUMA; Brasília: OTCA, 2008.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Nossa Amazônia**. Disponível em: <https://otca.org/pt/a-amazonia/>.

MAPBIOMAS. **Projeto MapBiomias – Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8**. 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/FACT_MapBiomias_Agropecuaria_04.10_v2.pdf.

BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; ROCHA, Arthur José da Silva. **Da “escassez” à abundância: o caso da pecuária bovina na Amazônia**. Belém: Imazon; Amazônia 2030, 2024. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/da-escassez-a-abundancia-o-caso-da-pecuaria-bovina-na-amazonia/>.

EMBRAPA; INPE. **Projeto TerraClass Amazônia**. 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/12355787/embrapa-e-inpe-apresentam-dados-sobre-o-uso-da-terra-na-amazonia>.

FIRJAN. **IFDM 2018: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

SANTOS, D.; VERÍSSIMO, A.; SEIFER, P.; MOSANER, M. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2021**. Belém: Imazon; Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/ips-amazonia-2021/>.

GATTI, Luciana V. et al. **Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change**. Nature, v. 595, p. 388–393, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV); IMAFLORA; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG); WWF-BRASIL. **Desmatamento ilegal na Amazônia e no Matopiba: falta transparência e acesso à informação**. 2021. Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2021/05/icv-relatorio-f.pdf>.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **Rainforest Mafias: how violence and impunity fuel deforestation in Brazil’s Amazon**. 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0919_web.pdf.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE (IEMA). **Amazônia Legal: quem está sem energia elétrica**. 2021. Disponível em: <https://energiaeambiente.org.br/produto/amazonia-legal-quem-esta-sem-energia-eletrica>.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2024**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp->

content/uploads/2024/03/Relatorio-Completo-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS.pdf.

FOLHA DE S.PAULO. **ONGs propõem levar água, energia e internet a 1 milhão na Amazônia.** 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/08/ongs-propoe-levar-agua-energia-e-internet-a-1-milhao-na-amazonia.shtml>.

INSTITUTO MUNDO QUE QUEREMOS; INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE. **Pesquisa Decisores da Amazônia.** 2020. Disponível em: <https://omundoquequeremos.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Resultados-Pesquisa-Decisores-da-Amazônia.pdf>.

SILVA, D.; BARRETO, P. **O aumento da produtividade e lucratividade da pecuária bovina na Amazônia: o caso do Projeto Pecuária Verde em Paragominas.** Belém: Imazon, 2014. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/o-aumento-da-produtividade-e-lucratividade-da-pecuaria-bovina-na-amazonia-o-caso-do-projeto-pecuaria-verde-em-paragominas/>.

AMAZÔNIA 2030. **Carbono e o destino da Amazônia.** 2023. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/carbono-e-o-destino-da-amazonia/>.

COSLOVSKY, Salo. **Oportunidades para exportação de produtos compatíveis com a floresta na Amazônia brasileira.** Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Oportunidades-para-Exportacao-de-Produtos-Compativeis-com-a-Floresta-na-Amazonia-Brasileira-1-2.pdf>.

COSLOVSKY, Salo. **Como a Bolívia dominou o mercado global de castanha-do-Brasil.** Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/08/AMZ-2030-Coslovsky-Castanha-6-agosto-1-1.pdf>.

PEREIRA, Armando. **Árvore da Amazônia derrubada como vassoura sobrevive e vira hidratante.** UOL Economia, 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/09/05/arvore-da-amazonia-derrubada-como-vassoura-sobrevive-e-vira-hidratante.htm>.

SCANNAVINO, Caetano. **É de menos pólvora e mais ciência que o Brasil precisa.** CartaCapital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/e-de-menos-polvora-e-mais-ciencia-que-o-brasil-precisa/>.

WWF-BRASIL; INSTITUTO MAMIRAUÁ. **Novas espécies.** 2017. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/informacoes/?60382/WWF-Brasil-lana-relatorio-com-descoberta-de-381-novas-especies-na-Amaznia>.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (PSA). **Amazônia Brasil.** Santarém, PA: PSA, 2006.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (PSA). **Support to Sustainable Development in the Amazon and Other Regions.** Santarém, PA: PSA, 2008.

SEKULA, Julia Marisa. **A Bacia do Carbono é Nossa**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/Brasilrestauravel>.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Climate Benefits, Tenure Costs: The Economic Case for Securing Indigenous Land Rights**. Washington, DC: WRI, 2016. Disponível em: <https://www.wri.org/research/climate-benefits-tenure-costs>.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER (KAS). **Cadernos Adenauer XXII (2021), n. 3: Desenvolvimento sustentável – urgência e complexidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021. ISBN 978-65-89432-07-4.